



Intercâmbio de pescadoras e pescadores* para o fortalecimento do monitoramento participativo da biodiversidade: do pantanal ao litoral da APA costa dos corais

Sofia Zank^{1*} , Leonida Aires de Souza² , Edinalda Pereira do Nascimento² , Waldileno Xavier da Silva² , Silvio Carlos Germano² , Cesar Augusto Chiroso Horie¹ , Marcela Juliana de Albuquerque Silva³ , Nathane Jamilly Mendes de Assis⁴ , Larissa Cristina Dias Limirio¹ , Johnny Antonio da Silva Lima⁵ , José Gilmar Cavalcante de Oliveira Júnior⁶ , Livia Haubert Ferreira Coelho³, Louiziane Gabrielle Souza Soeiro¹ 

*Contato principal

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais/CNPT, São Luís/MA, Brasil. <sofiazank@gmail.com, cesar.horie@icmbio.gov.br, larissa.limirio@icmbio.gov.br, gabrielle.soeiro@icmbio.gov.br>.

² Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Barão de Melgaço, Mato Grosso/MT, Brasil. <leonidaaires@gmail.com, edinaldap.nascimento@gmail.com, waldilenoxavierdn@gmail.com, germanosilviocarlos@gmail.com>.

³ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais/APACC, Tamandaré/PE, Brasil. <marcela.silva.bolsista@icmbio.gov.br, livia.coelho@icmbio.gov.br>.

⁴ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste/CEPENE, Tamandaré/PE, Brasil. <nathane.assis.bolsista@icmbio.gov.br>.

⁵ Colônia de Pescadores Z 21 Santo Amaro Paripueira, Paripueira/AL, Brasil. <johnny.lima@icbs.ufal.br>.

⁶ Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Maceió/AL, Brasil. <gilmaroliveirajunior@gmail.com>.

*A revista Biodiversidade Brasileira segue a norma culta da língua portuguesa, mas, neste artigo, os editores optaram por manter “pescadoras e pescadores” ao invés de “pescadores” por se tratar de importante diferenciação, representativa e estratégica para o estudo em questão.

Como citar:

Zank S, de Souza LA, do Nascimento EP, da Silva WX, Germano SC, Horie CAC et al. Intercâmbio de pescadores para o fortalecimento do monitoramento participativo da biodiversidade: do pantanal ao litoral da APA costa dos corais. Biodivers. Bras. [Internet]. 2025; 15(4): e2818.

[doi:10.37002/biodiversidadebrasileira.v15i4.2818](https://doi.org/10.37002/biodiversidadebrasileira.v15i4.2818)

Recebido em 24/03/2025 – Aceito em 27/05/2025

RESUMO – Neste estudo de caso, compartilhamos a experiência e os aprendizados provenientes de um intercâmbio entre pescadoras e pescadores da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e do Pantanal, com o objetivo de fortalecer as ações de monitoramento participativo da sociobiodiversidade na região do Pantanal. O intercâmbio permitiu o diálogo entre conhecimentos ecológicos locais e técnico-científicos, através de uma parceria entre o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste, e a Universidade Federal de Alagoas. Os resultados dessa experiência demonstram a importância de ampliar as iniciativas de intercâmbio em territórios tradicionais, de forma a fortalecer o

protagonismo e a autonomia de povos e comunidades tradicionais na conservação e no monitoramento da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Conservação; participação social; povos e comunidades tradicionais; ICMBio.

Exchange of fishermen and fisherwomen to strengthen participatory monitoring of biodiversity: from the pantanal to the coast of the APA costa dos corais

ABSTRACT – In this case study, we share the experience and lessons learned from an exchange between fishermen and fisherwomen from the Costa dos Corais Environmental Protection Area and the Pantanal, with the aim of strengthening participatory monitoring actions of sociobiodiversity in the Pantanal region. The exchange allowed for dialogue between local ecological and technical-scientific knowledge, through a partnership between the National Center for Research and Conservation of Sociobiodiversity Associated with Traditional Peoples and Communities, the Network of Traditional Communities of the Pantanal, the Costa dos Corais Environmental Protection Area, the National Center for Research and Conservation of Marine Biodiversity of the Northeast, and the Federal University of Alagoas. The results of this experience demonstrate the importance of expanding exchange initiatives in traditional territories, in order to strengthen the protagonism and autonomy of traditional peoples and communities in the conservation and monitoring of sociobiodiversity.

Keywords: Conservation; social participation; traditional peoples and communities; ICMBio.

Intercambio de pescadores y pescadoras para fortalecer el monitoreo participativo de la biodiversidad: del pantanal al litoral del APA costa dos corais

RESUMEN –En este estudio de caso, compartimos la experiencia y los aprendizajes de un intercambio entre pescadores y pescadoras del Área de Protección Ambiental Costa dos Corais y Pantanal, con el objetivo de fortalecer acciones de monitoreo participativo de la sociobiodiversidad en la región del Pantanal. El intercambio permitió el diálogo entre los conocimientos ecológicos y técnico-científicos locales, a través de una asociación entre el Centro Nacional de Investigación y Conservación de la Sociobiodiversidad Asociada a los Pueblos y Comunidades Tradicionales, la Red de Comunidades Tradicionales del Pantanal, la Área de Protección Ambiental Costa dos Corais, el Centro Nacional de Investigación y Conservación de la Biodiversidad Marina del Nordeste, y la Universidad Federal de Alagoas. Los resultados de esta experiencia demuestran la importancia de ampliar las iniciativas de intercambio en los territorios tradicionales, con el fin de fortalecer el protagonismo y la autonomía de los pueblos y comunidades tradicionales en la conservación y monitoreo de la sociobiodiversidad.

Palabras clave: Conservación; participación social; pueblos y comunidades tradicionales; ICMBio.

Introdução

Estratégias de monitoramento da biodiversidade vêm sendo utilizadas há décadas como uma forma de avaliar o impacto das ações humanas e criar estratégias de manejo e conservação da biodiversidade [1]. No Brasil, vem sendo implementado um programa institucional de longa duração de monitoramento da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados, o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora. Esse Programa foi formalizado em 2017 pela Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) n. 3/2017 e reformulado Instrução Normativa ICMBio n. 2/2022, mas desde 2010 são desenvolvidas ações de monitoramento pelo ICMBio com o objetivo de criar subsídios à avaliação da efetividade de conservação e à adaptação às mudanças climáticas e ao uso e manejo da biodiversidade nas unidades de conservação (UCs) federais geridas pelo ICMBio [2].

Em relação à participação social, é importante destacar que, dentre as diretrizes do Programa Monitora, constam: (i) o estímulo ao monitoramento participativo nas várias etapas do Programa, tais como o planejamento,

a coleta e análise de dados, a interpretação de resultados e no compartilhamento dos aprendizados, e (ii) o fortalecimento do protagonismo das comunidades locais na gestão e no uso sustentável dos recursos naturais, de forma integrada à gestão das UCs [2]. Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer a participação social no processo de monitoramento, em 2013 foi criado o Programa de Monitoramento Participativo da Biodiversidade em UCs da Amazônia, parte integrante do Programa Monitora, executado através de uma parceria entre Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e ICMBio e que trouxe resultados relevantes em termos da participação, empoderamento e protagonismo das comunidades locais no monitoramento da biodiversidade [3].

Os centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio atuam ativamente no Programa Monitora, especialmente na identificação de alvos de monitoramento e no desenvolvimento de protocolos [4]. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) tem um papel importante no estabelecimento de monitoramento participativo nas UCs da Amazônia e a intenção é que possa ampliar suas ações para outras UCs e biomas [4].

Em relação à atuação no bioma Pantanal, o CNPT vem desenvolvendo ações de pesquisa e conservação junto a povos e comunidades tradicionais do Pantanal desde 2020, em parceria com a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras. As ações inicialmente estavam voltadas às demandas das comunidades para compreender os impactos do fogo nas comunidades e, recentemente, sobre os impactos da Lei da Cota Zero (Lei MT n. 12.197/2023 e Lei MT n. 12.434/2024) no modo de vida dos pescadores pantaneiros. Além disso, com a ampliação do Programa Monitora para outras UCs em diferentes biomas, o CNPT começou a atuar no apoio à implementação do monitoramento participativo no bioma Pantanal.

Seguindo os aprendizados e a experiência do Programa de Monitoramento Participativo que vem ocorrendo na Amazônia, para garantir maior empoderamento e apropriação das comunidades, é fundamental que a participação e o envolvimento sejam considerados como uma premissa para o monitoramento, desde o planejamento [3]. Além disso, é importante deixar claro quais os benefícios o monitoramento poderá gerar para as comunidades, no curto, médio e longo prazo [3]. Em outras palavras, o monitoramento participativo precisa ser pensado e implementado de forma a atender as demandas e as lutas por direitos das comunidades locais.

Nesse contexto, surgiu a ideia, através da parceria do CNPT e da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, de associar a implementação do Programa Monitora no bioma Pantanal com a construção de um protocolo comunitário biocultural com diretrizes para o monitoramento participativo da sociobiodiversidade. Os protocolos comunitários bioculturais estão sendo utilizados no mundo inteiro como um instrumento e como um processo de empoderamento e proteção dos interesses de povos e comunidades tradicionais frente à sociodiversidade e aos conhecimentos tradicionais [5]. Podem ser compreendidos como registro de acordos e modos de vida de uma determinada comunidade ou povo e possuem uma força política de articular questões determinantes para os povos e comunidades tradicionais, no que tange o acesso à biodiversidade e a salvaguarda de conhecimentos tradicionais. Nesse contexto, o processo de construção de um protocolo biocultural pode fortalecer o empoderamento e a autonomia das comunidades na implementação de iniciativas de monitoramento da biodiversidade.

Antes de iniciar o processo de construção do protocolo biocultural, consideramos que seria importante que as lideranças do Pantanal conhecessem uma iniciativa de monitoramento participativo de pescadores e pescadoras. Na região da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC) vem sendo realizado o automonitoramento da pesca pelo Programa Monitora [6] e também por outras instituições como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), através do programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração Costa dos Corais de Alagoas (PELD-CCAL) [7]. Além disso, na região existe a presença de colônias de pescadores e outras organizações de base comunitária que são muito organizadas e que lutam pelo reconhecimento e inclusão de

pescadores e pescadoras nos processos de conservação e monitoramento. Dessa forma, é um espaço propício para a realização de um intercâmbio técnico e comunitário visando fortalecer a motivação e a criação de novos aprendizados para a implementação de protocolos de monitoramento.

A APACC é uma das maiores áreas de proteção ambiental marinha do Brasil, localizada na região Nordeste, abrangendo partes dos estados de Alagoas e Pernambuco. Essa área é conhecida por sua beleza natural, com recifes de corais, praias paradisíacas, manguezais e uma rica biodiversidade marinha. A população residente na APACC é bastante diversificada, incluindo comunidades tradicionais, como pescadores e pescadoras artesanais, que dependem dos recursos naturais da região para sua subsistência, além de moradores de cidades e vilarejos que vivem do turismo e de atividades relacionadas ao meio ambiente.

Os principais objetivos do intercâmbio técnico e comunitário foram: (i) motivar e mobilizar lideranças comunitárias do Pantanal para implantar ações de monitoramento participativo da biodiversidade no bioma Pantanal; (ii) realizar troca de experiências entre lideranças pescadoras da APACC e da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras; (iii) ampliar os conhecimentos e capacidades de lideranças comunitárias e da equipe do CNPT sobre automonitoramento da biodiversidade; e (iv) promover discussões iniciais visando a construção do protocolo biocultural e de monitoramento autônomo para o bioma Pantanal.

Ao longo do texto compartilhamos os nomes das pescadoras e dos pescadores que participaram do processo, como uma forma de reconhecimento, visibilidade e valorização dessas pessoas e de seus saberes, contribuindo para os direitos de propriedade intelectual dos povos e comunidades tradicionais. Todas as pessoas concordaram e autorizaram que seus nomes fossem citados e optamos por manter apenas o primeiro nome ao longo do texto, sendo que os nomes completos constam na lista dos autores ou nos agradecimentos.

Neste contexto, este estudo de caso sintetiza a experiência adquirida através da realização de um intercâmbio com pescadores e pescadoras do Pantanal na região da APACC, litoral de Pernambuco e Alagoas.

Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras

No Pantanal existem muitos povos e comunidades tradicionais que possuem modos de vida e identidade cultural intimamente ligados a esse ambiente, dependendo também economicamente dos recursos naturais. Atualmente, muitas dessas comunidades organizam-se através da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, que é uma instituição representativa das comunidades pantaneiras com atuação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fundada em 30 de agosto de 2009 [8] que é parceira desta iniciativa no CNPT.

As comunidades tradicionais pantaneiras são conjuntos de famílias que habitam, convivem e vivem com seu modo de vida vinculados aos ciclos das águas do Pantanal. São frutos da miscigenação dos povos indígenas, afrodescendentes e europeus, organizados em seus territórios de uso diferenciado do espaço, seja pela agricultura familiar, pesca, extrativismo e outras formas de ocupação. Os membros desta Rede consideram como Pantanal e suas comunidades tradicionais pantaneiras, não somente a parte alagável, mas toda a borda do planalto. Assim, a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira tem como objetivo: (i) garantir o exercício pleno da afirmação da identidade sócio política dos povos pantaneiros, bem como seu território tradicional; (ii) defender os modos de vida e o interesse das comunidades tradicionais pantaneiras em relação aos impactos de grandes obras em seu território; (iii) promover reflexões e ações sobre temas socioculturais e ambientais como instrumentos de transformação social, visibilidade política do segmento e melhoria da qualidade de vida e cidadania; (iv) contribuir na construção e implementação de políticas públicas referentes ao segmento e ao bioma, levando em consideração a organização, a participação de mulheres e jovens nos espaços de diálogo; (v) promover reflexões e ações sobre temas socioculturais e ambientais como instrumentos de transformação social, visibilidade política e melhoria da qualidade de vida e cidadania e desenvolvimento das comunidades tradicionais, bem como do

bioma; e (vi) participar dos espaços de controle social, combate a qualquer forma de discriminação de etnias, cor, gênero, religião ou conotações político-partidárias [8].

A Rede elaborou, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental do Pantanal (GAIA), um protocolo de consulta prévia para direcionar as parcerias com o ICMBio no Pantanal. Nesse documento é destacada: (i) a importância de respeitar o tempo das comunidades; (ii) o direito de dizer não em qualquer etapa da pesquisa; (iii) que a apresentação das pesquisas deve ser mediada pelos coordenadores da rede; (iv) que cada comunidade poderá elaborar suas próprias regras para receber a pesquisa; (v) que qualquer atividade de pesquisa deve ter um dos coordenadores locais da rede como parceiros; (vi) que membros da rede devem ser incluídos como coautores, assim como deve ser dada visibilidade à rede nas publicações; (vii) que o projeto precisa ser avaliado ao longo do desenvolvimento, envolvendo representantes da rede; (viii) que é necessário discutir a repartição de benefícios, caso haja qualquer ganho financeiro das ações de pesquisa, assim como o retorno de resultados às comunidades; e (ix) que é necessário apresentar um termo de adesão às comunidades junto com a aprovação no comitê de ética. Nesse sentido, afirmamos que essa iniciativa segue as orientações que constam no protocolo de consulta e que possuímos o intuito de aprofundar os acordos com a construção de um protocolo biocultural.

O surgimento da ideia do intercâmbio – uma confluência de demandas e lutas de povos e comunidades tradicionais

Essa iniciativa surge em meio a diversas confluências técnicas e políticas. A semente foi plantada em um encontro político, em que a bolsista do CNPT Pantanal (no âmbito do Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF Terrestre), escutou o relato da liderança local e pescadora, a Ana Paula de Oliveira, sobre a experiência positiva de construção de um monitoramento específico para as pescadoras na região da APACC. Ana Paula relatou sobre o processo histórico de invisibilidade que as pescadoras sofrem e como o monitoramento da biodiversidade tem ajudado na luta por direitos e no reconhecimento delas em diferentes espaços. Com muito entusiasmo, Ana Paula trazia a importância de as comunidades desenvolverem seus próprios mecanismos de monitoramento da biodiversidade, de forma a atender as demandas locais e gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos para as comunidades.

Nesse momento estava sendo estruturado um projeto guarda-chuva para as iniciativas do CNPT em parceria com a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, visando o fortalecimento do monitoramento participativo da biodiversidade no bioma Pantanal. O projeto guarda-chuva tem como objetivo principal a construção de um Protocolo Comunitário Biocultural e de Monitoramento da Sociobiodiversidade por Povos e Comunidades Tradicionais do Pantanal e, dessa forma, foi incluída como atividade inicial do projeto a realização de um intercâmbio de lideranças para conhecer as experiências já existentes junto a pescadores e pescadoras da APACC.

A organização do intercâmbio

Para a organização do intercâmbio foi realizado o contato com a equipe da APACC e manifestado o interesse de realizarmos uma visita técnica com lideranças pescadoras do Pantanal. A equipe da APACC já se mostrou entusiasmada com a ideia desde o início, e propôs uma reunião para conversar sobre os detalhes. Nessa primeira reunião, no dia 6 de agosto de 2024, conversamos sobre o objetivo do intercâmbio, a duração e a logística necessária. A partir dessa reunião fechamos o orçamento e a coordenação do CNPT começou a articular o recurso para a realização dessa iniciativa. A ação foi apoiada pelo Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), e foi realizada entre os dias 2 e 6 de dezembro de 2024, sendo que o primeiro e o último dia foram

principalmente de deslocamento e três dias de intercâmbio no maretório. Maretório é um conceito que surgiu a partir de movimentos sociais de comunidades extrativistas costeiras e marinhas no Brasil e define o território vinculado ao mar/região costeira [9].

A realização do intercâmbio e o aprendizado no maretório

As atividades do intercâmbio foram pensadas de forma a conciliar conversas sobre os programas de monitoramento que estão sendo desenvolvidos na região, vivências de pesca no maretório, trocas de saberes com pescadoras e pescadores que participam do monitoramento e articulação política para a luta por direitos. Nesse contexto, buscamos conhecer duas experiências de monitoramento, a de automonitoramento que é realizada pela APACC, dentro do Programa Monitora do ICMBio, e a experiência de monitoramento participativo desenvolvida pelo Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD-CCAL) que é realizado pela UFAL em parceria com a Colônia de Pescadores Z-21 Santo Amaro.

Ao longo do intercâmbio foi realizada a seguinte programação, que será descrita com detalhe nas seções subsequentes: (i) encontro no CEPENE e conversa sobre o monitoramento participativo da APACC; (ii) visita às casas das marisqueiras; (iii) vivência de pesca com as marisqueiras; (iv) roda de conversa com liderança feminina na pesca e com pescador monitor; (v) vivência da pesca de arrasto; e (vi) conhecendo as experiências de automonitoramento da UFAL pelo programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração Costa do Corais de Alagoas (PELD-CCAL).

Encontro no CEPENE e conversa sobre o monitoramento participativo da APACC

Iniciamos nossas atividades de intercâmbio com uma reunião na sede da APACC, no CEPENE, município de Tamandaré/PE. Fizemos uma apresentação de todos os participantes e um alinhamento em relação a programação do intercâmbio. As seguintes perguntas foram norteadoras desse momento de conversa inicial: *Quem somos? O que iremos fazer aqui? Quais resultados buscamos alcançar com esse intercâmbio?*

Após esse momento inicial, realizamos uma caminhada pelo CEPENE, aproveitando a maré baixa e a visualização dos corais, para conhecer alguns dos laboratórios e instalações e ver a área litorânea no trapiche. Importante destacar que dois dos pescadores do Pantanal não conheciam o mar e o bioma marinho costeiro, e duas das mulheres tinham ido apenas uma vez. Essa caminhada de reconhecimento da área marinha costeira foi um momento muito especial de contato inicial com este bioma e de compreensão das diferentes ações realizadas pelo ICMBio.

Na volta à sede, Livia, Marcela e Nathane, que estão envolvidas com o Programa Monitora da APACC fizeram uma apresentação sobre o mesmo para todos os presentes. Foi relatado que o programa iniciou em 2022, quando começaram com os protocolos de autorregistro para monitorar a pesca. A implementação do monitoramento na APACC seguiu as seguintes etapas: (i) conversa com as lideranças pesqueiras locais; (ii) conversa com participantes do monitoramento; (iii) construção dos formulários; (iv) coleta de dados; (v) tabulação e análise dos dados; e (vi) encontro de saberes, onde são realizadas as devolutivas dos resultados do monitoramento. Foi destacada a importância de o processo acontecer com o apoio das lideranças locais, e de deixar claro, desde o início, os benefícios que a gestão tem com o monitoramento, assim como os benefícios que a comunidade ganha, por exemplo a busca pelo direito à previdência.

Ao longo da apresentação foram compartilhadas experiências e reflexões sobre a realidade dos pescadores e pescadoras do Pantanal. Foi comentado que existe um medo, por parte de alguns pescadores, de que os dados coletados se voltem contra eles. Além disso, reclamam que existe muita coleta de informações nas comunidades, porém pouco resultado chega às mesmas. Também foi compartilhado que o ICMBio já iniciou a implementação

do Programa Monitora no Pantanal, sendo o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade de Peixes Continentais (CEPTA) o responsável por sua execução. Contudo, estavam usando formulários de autorregistro com tipo de arte de pesca que não era usada na região e isso estava dificultando e atrapalhando o preenchimento. Foi ressaltado pelas lideranças que os formulários precisam sempre ser adaptados à realidade local.

A equipe da APACC compartilhou alguns desafios que tem enfrentado na implantação do automonitoramento. Uma das principais dificuldades é o engajamento dos pescadores e pescadoras, pois muitos ficam doentes e vão abandonando o processo. Também tiveram dificuldade com o preenchimento escrito dos cadernos, e estão buscando formas alternativas para aqueles que não possuem a prática da escrita, como o envio de informações das pescarias por áudio e foto através do aplicativo de Whatsapp.



Figura 1 – Reunião na sede da APACC de apresentação automonitoramento da pesca na APA Costa dos Corais. Foto: C. Horie.

Visita às casas das marisqueiras

No período da tarde realizamos a visita às casas de duas pescadoras no município de Porto de Pedras/AL, que realizam principalmente a pesca de mariscos, a Andréia e Rosa. Esse foi um momento que permitiu a aproximação com a realidade local dessas pescadoras, de forma a compreender como é feita a pesca, o trabalho envolvido na coleta e posteriormente o processamento dos mariscos em casa. As pescadoras explicaram que os mariscos, quando coletados no mar, são colocados em baldes e levados para casa. Depois elas precisam cozinhar os mesmos para que se soltem das cascas, das quais retiram cada um manualmente. O cozimento costuma ser feito com lenha, para diminuir o gasto com gás. O que elas pescam é para consumo próprio, para doar para familiares e parte é vendida para pessoas que as procuram. Uma das mulheres visitadas também fazia pesca com jangada.

As bolsistas da APACC e do CEPENE relataram que costumam fazer essas visitas às casas para acompanhar como está o processo de registro nos cadernos e auxiliar a resolver possíveis dificuldades e dúvidas que surgem no preenchimento.

Uma das pescadoras que visitamos relatou que estava desistindo de fazer o autorregistro por conta de não saber escrever e precisar sempre pedir ajuda para alguém. Como forma de mantê-la no processo, as bolsistas abriram a possibilidade de ela mandar as informações por aplicativo de mensagens *Whatsapp* e depois as próprias

bolsistas preenchem o caderno durante a visita mensal. Foi uma forma que encontraram para vencer essa dificuldade.

Nessas visitas já foi possível perceber alguns dos desafios que as pescadoras têm enfrentado na região, como o fechamento dos acessos à praia por conta da construção de empreendimentos de turismo e o receio de perder o seguro-defeso caso desenvolvam alguma outra atividade que gere renda. Também foi possível ver o empoderamento e valorização que uma das pescadoras estava sentindo por ter viajado para um evento no Rio de Janeiro para compartilhar seus conhecimentos, junto com a bolsista da APACC. Isso demonstra, novamente, a importância que momentos de intercâmbio e participação em eventos colaboram para o empoderamento e engajamento das pessoas nos processos de conservação e gestão socioambiental.



Figura 2 – Equipe do intercâmbio na visita às casas das marisqueiras de Porto das Pedras, Alagoas. Fotos: S. Zank.

Vivência de pesca com as marisqueiras

No segundo dia pela manhã, fomos acompanhar um grupo de marisqueiras de Porto de Pedras/AL em sua atividade de pesca para vivenciar como é realizada a coleta de marisco e o registro para o automonitoramento. Nos acompanharam nesse processo as marisqueiras Andreлина Maria da Silva, Rosedir da Silva, Lenira Maria da Conceição, Sueli dos Santos. O horário da pesca foi marcado de acordo com a maré, o que já foi uma novidade para as lideranças pantaneiras, que aprenderam sobre as variações no nível do mar e de como a prática da pesca precisa seguir esses ciclos. A coleta de marisco é realizada quando a maré está baixa, de forma que as pescadoras conseguem ficar sentadas enquanto buscam os mariscos que estão enterrados na areia.

O grupo visitante entrou no mar junto com as marisqueiras e equipe da APACC. As mulheres nos mostraram o tamanho adequado dos mariscos e nos recomendaram devolver a água àqueles que eram muito pequenos. Entre conversas, risadas, fomos enchendo as camisas, os potes e os baldes de mariscos e aprendendo um pouco mais sobre aquele modo de vida tradicional dessas pescadoras litorâneas e sobre os desafios que enfrentam.

Após o acompanhamento da pesca, realizamos uma roda de conversa, ainda dentro da água, sobre os aprendizados daquela vivência. Foi um momento muito potente de trocas, no qual as pescadoras e pescadores conversaram sobre as diferentes realidades, mas ao mesmo tempo, perceberam que enfrentam desafios muito semelhantes, e a importância de se unirem na luta por direitos. Um dos pescadores do pantanal trouxe a reflexão que a maior dificuldade da pesca é a falta de reconhecimento. Saímos dessa vivência muito emocionados e agradecidos por esta oportunidade de troca.



Figura 3 – Registros da vivência de pesca com as mulheres marisqueiras de Porto das Pedras, Alagoas. Fotos: T. Hara.

Roda de conversa com liderança feminina na pesca e com pescador monitor

No período da tarde fomos para a Barra de Camaragibe/AL, onde realizamos uma roda de conversa com a pescadora e liderança Izabel e com o pescador e monitor Jean. Izabel está atualmente como diretora da Secretaria Municipal da Pesca e conselheira da APACC e conversou com nosso grupo sobre o envolvimento das mulheres na pesca e sobre as lutas por direitos dos pescadores e pescadoras da região. Jean é quilombola e pescador, sendo o monitor mais ativo do programa de monitoramento da APACC, e compartilhou conhecimentos sobre a pesca que realiza no mangue (peixes/caranguejo) e sobre sua participação no programa de automonitoramento.

Izabel comentou que vive há 30 anos na luta por direitos e que possui diversos problemas de saúde por conta da pesca, assim como a maioria das pescadoras. Falou sobre a importância do protagonismo das mulheres e destacou que sempre incentiva a participação das mulheres e leva elas para conhecerem outros locais e fomentar a troca de experiência entre elas. Ela foi a primeira mulher a tirar o documento de pesca, em 1994. Comentou que até 2009 as mulheres não eram reconhecidas enquanto pescadoras, essa foi e continua sendo uma grande luta delas.

Jean é morador da comunidade quilombola Bom Despacho e pesca desde a adolescência nesses rios. Comentou que os rios da região são muito produtivos, e quando dá muito peixe, não dão conta de vender. Jean compartilhou como iniciou o seu envolvimento no automonitoramento e destacou que considera uma prática

muito boa, pois ajuda os pescadores e pescadoras a pensarem na preservação, a monitorar a quantidade que tiram dos ambientes:

Foi aí que comecei a fazer o monitoramento com o caderno e aí eu fui ver que é uma prática boa, pode preservar, pode ver o tanto de pescado, o que você está pescando, o gasto, horário que você começa, que você termina, qual o tipo de pescado você está pescando, qual a época. No caso, eu trabalho com ostra, se num mangue eu entro hoje e tiro 15 dúzias de ostra, daqui um mês eu entro e tiro 10, eu to vendo que aquele mangue tá enfraquecendo, claro que eu vou preservar aquela área para um próximo verão, quando a ostra vai ter um tamanho maior, uma quantidade maior.
(Jean, 29 anos)

Através do monitoramento conseguem perceber qual tipo de pescado está melhor no mangue, qual maré é boa para cada espécie. Izabel destacou que pessoas como o Jean são cientistas locais.

Izabel e Jean relataram que a problemática de violência vinculada às áreas de mangue, e por isso as mulheres pararam de realizar a pesca nesse ambiente, assim como muitos homens. Também comentaram que as mudanças climáticas e o aumento de temperatura das águas têm impactado a pesca. Destacaram que na região possuem mais de 9 km de manguezal que estão sendo pressionados pela especulação imobiliária.

Por fim, após a roda de conversa foi realizada uma caminhada até a área de mangue para que as lideranças do Pantanal pudessem conhecer esse ambiente. Jean explicou a diferença entre as espécies de árvores do mangue e sobre como realizam a pesca nesse ambiente.



Figura 4 – Roda de conversa e caminhada na região de mangue em Barra de Camaragibe, Alagoas. Fotos: S. Zank.

Vivência da pesca de arrasto

No terceiro dia pela manhã, fomos acompanhar a pescaria de arrasto de praia com pescadores da Barra de Santo Antônio/AL. A pesca de arrasto de praia de camarão da Barra de Santo Antônio é realizada através de 15 grupos de pescadores, cada grupo com suas redes e jangadas. O trabalho de autorregistro da APACC iniciou com seis grupos, sendo que cada um desses grupos tem entre quatro a seis pescadores, totalizando um contingente de 24 a 36 pescadores, todos homens. Os arrastos de praia na Barra de Santo Antônio ocorrem durante a semana no período do dia e numa distância média de 40 a 120 m em relação à linha da costa. Esses lances variam de um a quatro e leva em média 40 a 60 min para chegar na praia e geralmente é realizada da maré enchente para a vazante.

Acompanhamos a pescaria de arrasto com um dos grupos que participa do automonitoramento, na rede do Paulo, e foi possível acompanhar um dos lances de forma completa, desde a soltura da rede com jangada, a puxada da rede de forma manual e a coleta dos peixes e camarões (espécie alvo). Os pescadores e as pescadoras do Pantanal participaram puxando a rede de arrasto e vivenciando por completo como é feita a pescaria. Após retirar a rede de pesca, ficaram encantados ao ver os diferentes tipos de peixes, por outro lado, se surpreenderam ao encontrarem apenas peixes pequenos, em comparação com os peixes que pegam no Pantanal, que em geral, são todos grandes. Foi um momento de contato com a biodiversidade marinha, um ecossistema desconhecido para os

pescadores e pescadoras pantaneiros, e de perceber as dificuldades que os pescadores marinhos costeiros enfrentam.

No final desse momento, fizemos uma roda de avaliação das atividades de acompanhamento do automonitoramento da APACC, pois no período da tarde iríamos conhecer uma outra experiência de automonitoramento, vinculado à UFAL.



Figura 5 – Registro do acompanhamento da pesca de arrasto na Barra de Santo Antônio, Alagoas. Fotos: S. Zank.

Conhecendo as experiências de automonitoramento da UFAL pelo programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração Costa do Corais de Alagoas (PELD-CCAL)

No período da tarde, do último dia de intercâmbio, nos encontramos na Colônia de pescadores Z-21 (Santo Amaro) de Paripueira/AL. Estavam presentes o pesquisador Gilmar, o presidente da colônia Adalvo, a Secretária da Colônia Anicky, a marisqueira Luciana e o pesquisador e pescador Johnny, que nos apresentaram a experiência da UFAL de automonitoramento da pesca protagonizado pelas pescadoras e marisqueiras de Paripueira e Barra de Santo Antônio. Primeiramente foi compartilhado o histórico de monitoramento da UFAL e do PELD Costa dos Corais, que já fazia o monitoramento de desembarque desde 2016, através do qual avaliavam a produção e o rendimento pesqueiro. Surgiu a demanda da própria comunidade, através da rede de mulheres pescadoras, de fazer o seu próprio monitoramento, para dar visibilidade às mulheres pescadoras – mostrar que as mulheres pescadoras existem!

Johnny relatou que a demanda de monitoramento por parte da comunidade surgiu de um grande problema que é a previdência. Vários processos das mulheres, como segurada especial da pesca, eram negados, sob a alegação de falta de evidências de que elas eram pescadoras. A UFAL já vinha desenvolvendo pesquisas nas comunidades de Paripueira e Barra de Santo Antônio, e em contato com as lideranças pesqueiras locais. Através de um chamado da Rede de Mulheres Pescadoras da APA Costa dos Corais foi feita uma articulação para iniciar o automonitoramento da pesca de mariscagem, praticada majoritariamente por mulheres. Sob demanda da Rede

de mulheres, este monitoramento deveria servir não somente para monitorar a biodiversidade, mas principalmente para dar visibilidade ao trabalho das pescadoras.

Segundo Johnny, o monitoramento do governo está muito preocupado com espécies, mas tem outras coisas que acontecem, como os problemas ambientais, e que para eles é importante monitorar. Em Paripueira possuem o impacto do assoreamento e do aquecimento das águas – faz com que os mariscos fiquem em camadas mais profundas do sedimento, o que diminui a produtividade pesqueira. De acordo com a percepção das marisqueiras, o marisco passou a ficar mais escasso, e isso provavelmente estava associado ao aquecimento das águas com as mudanças climáticas. Dessa forma, o protocolo de monitoramento, que foi criado em parceria com a UFAL não olha apenas para as espécies, mas também para algumas informações ambientais que são importantes para a comunidade.

Gilmar explicou os principais passos que envolveram a criação do processo de automonitoramento da pesca da mariscagem. Primeiramente foi organizada uma oficina com a participação das pescadoras para delimitar os objetivos do automonitoramento da pesca e realizar o mapeamento dos territórios pesqueiros. A discussão iniciou com o debate sobre os objetivos que as mulheres gostariam de alcançar com o monitoramento da sua produção. Nesse momento, através da interlocução com as lideranças pesqueiras dos dois municípios, foram estabelecidos quatro objetivos: (i) associar o monitoramento da pesca ao monitoramento da qualidade ambiental; (ii) atrelar o monitoramento da pesca, ao monitoramento da saúde das pescadoras; (iii) usar o automonitoramento como instrumento de luta pelos direitos das pescadoras e pelo acesso aos territórios pesqueiros; e (iv) usar o monitoramento para mensuração de prejuízos causados por agentes externos às pescarias, tais como o surto da doença da urina preta que fez a venda dos pescados despencar, a pandemia de COVID-19, o derramamento de petróleo de 2019, entre outros.

Após discutir os objetivos, foi iniciado o mapeamento dos territórios de pesca, identificando também as espécies pescadas em cada território. Após esse momento, foram levantadas informações de como é realizada a pesca de cada espécie nos diferentes territórios, épocas do ano em que a pesca ocorre, e tipo de maré propícia para a pesca. Para isso, foi elaborada uma matriz em que cada linha é uma espécie e cada coluna é uma pergunta que foi respondida sobre a pesca da espécie. Posteriormente, os territórios de pesca foram passados para o formato digital e levados novamente para uma segunda oficina com as mulheres para validação de todos os territórios mapeados. Uma vez que se tem informações sobre a dinâmica de pesca que se pretendia monitorar, com informações sobre possíveis espécies, diversidade por jornada de pesca, artes de pesca, e o modo de operação geral de cada pescaria, foi elaborada uma estrutura preliminar de caderno de registro do automonitoramento da pesca de mariscagem.

Na segunda oficina, a estrutura do caderno foi discutida com as pescadoras debatendo a necessidade de manter ou remover cada variável incluída na proposta do caderno, visando atender aos objetivos que elas buscam alcançar com o monitoramento, que elas mesmas propuseram na primeira oficina. Após a discussão com as pescadoras presentes, foi gerado um modelo de caderno mais adequado para a realidade local e para as necessidades das pescadoras. Durante essa oficina, também foi discutido o fluxo de informação. Os acordos feitos foram que os cadernos são das pescadoras e ficam com elas, sendo que elas tiram fotos para mandar as informações para os pesquisadores da UFAL. As fotos são enviadas para um número de *Whatsapp* da UFAL, criado especificamente para essa finalidade.

Os dados coletados são então tabulados em planilha eletrônica possibilitando análises de produção e esforço pesqueiro à nível de comunidade ou à nível individual. Também foi feito o acordo de que anualmente as participantes do automonitoramento, receberiam um relatório de produção, no qual consta a produção anual por espécie, destinação da produção (venda ou consumo), número de dias trabalhados. O programa de monitoramento

foi estruturado para ser uma ferramenta de luta das comunidades. Dessa forma, espera-se que estes relatórios elaborados por uma parceria entre comunidade e Universidade, sirvam como meio de comprovação da atividade pesqueira.

Uma novidade do caderno foi a inserção do local de pesca, pois era uma demanda das comunidades, para ter informação de produtividade por território. Incluíram também um item geral “observação”, para que as pescadoras pudessem incluir percepções sobre mudanças ambientais. Na última seção do caderno também é possível fazer relatos sobre “acontecimentos impactantes” para registrarem situações que aconteceram e podem ter interferido na pesca, por exemplo doença, impacto ambiental, etc.

Após dois anos de execução do programa de automonitoramento, foram feitas entrevistas com algumas pescadoras para entender as motivações e as desmotivação para aderir ao Programa de Monitoramento e se manter nele. Os relatos das pescadoras apontam como principais motivações: (1) o reconhecimento como pescadoras; e (2) poder compartilhar sua produção com as companheiras. Já em relação a desmotivação são citadas: (1) a escassez de pescado; (2) a dificuldade de ler e escrever; e (3) falta de tempo na rotina como dona de casa, o que dificulta o processo de preenchimento dos cadernos. Os pesquisadores, em articulação com as lideranças locais, estão buscando soluções para as situações que geram desmotivação, como a substituição dos registros escritos por áudios e/ou imagens da produção diária com mensuração do peso através de imagens por relação de peso e volume.

Por fim, foi realizada uma roda de conversa à beira mar, onde todos e todas participantes puderam compartilhar os aprendizados que estavam levando para casa da experiência que vivenciaram ao longo do intercâmbio.



Figura 6 – Encontro na Colônia de Pescadores Z-21 Santo Amaro em Paripueira, Alagoas, para conhecer o programa de monitoramento participativo da UFAL em parceria com pescadores locais. Fotos: S. Zank.

Aprendizados e próximos passos

Com a vivência e experiência prática nos territórios e maretórios se alcança níveis mais profundos de aprendizado e isso ficou evidente nos momentos das rodas de conversa e de avaliação do intercâmbio, em que lideranças pescadoras e pescadores do Pantanal destacaram o quanto a experiência estava sendo maravilhosa e que estavam saindo com novas perspectivas em relação à parceria com órgãos ambientais. Dentre os principais aprendizados e benefícios que as lideranças perceberam do intercâmbio, destacamos: (i) compreensão da semelhança nos desafios enfrentados por pescadoras e pescadores costeiros e do Pantanal; (ii) o fortalecimento e aumento da resistência para lidar com os desafios que possuem; (iii) o entendimento de que o monitoramento da biodiversidade pode ser uma ferramenta de luta por direitos e de reconhecimento e visibilidade dos pescadores e

pescadoras; (iv) possibilidade de parceria com ICMBio e Universidade, o que traz mais força e esperança às comunidades. Abaixo compartilhamos algumas das falas que representam os aprendizados listados:

As dificuldades são semelhantes. No Pantanal existe a proibição da pesca de algumas espécies e estamos na luta para derrubar essa lei. Temos outros desafios, como usinas e PCHs. Lá também ocorreu a invasão da beira dos rios, que tem impedido a pesca. (Waldileno, 41 anos)

Nesse intercâmbio já aprendemos muito e nos fortalecemos, estamos aumentando a resistência para lidar com as questões que temos. (Edinalda, 35 anos)

Aprendemos que o monitoramento dá certo. Um dos maiores medos das comunidades é que os dados recolhidos fossem usados contra as comunidades, e percebemos nessa experiência que não é isso que acontece, os dados podem ser usados na luta por direito das comunidades. Para mostrar aos governos que a gente existe, que a gente está aqui, mostrar como são nossos modos de vida. O monitoramento traz ferramentas para mostrar ao governo que a gente está aqui, que nós realmente somos pescadores. Somos pescadores, não só de peixes, mas também das iscas. (Leonida, 58 anos)

A parceria com universidades traz mais força e pode dar mais esperança. (Edinalda, 35 anos)

É muito importante o intercâmbio porque eu indo pro território da outra pessoa, eu enxergo aquilo que eu posso fazer no meu para dar certo. A experiência que a gente tem lá a gente pode tá passando pra eles, assim como a gente veio aqui e sabe que muitas coisas que eles fazem aqui pode dar certo pra gente, dentro das nossas normas. Eu acho o intercâmbio um alento, porque a gente tá levando aqui pro povo da gente. (Leonida, 58 anos)

Os pescadores e pescadoras também ressaltaram que as comunidades costumam ter experiências negativas em relação aos órgãos ambientais do governo, como o ICMBio, associadas principalmente a fiscalização e conflito por território, contudo nesse intercâmbio viram o quanto podem trabalhar em parceria através de ações de monitoramento da biodiversidade e que isso traz benefícios para todos e todas. A troca de experiência com a colônia de pescadores Z-21 Santa Amaro, também deixou evidente a importância de as comunidades protagonizarem os processos de monitoramento, de modo a fortalecer a sua luta por direitos e estabelecer parcerias que sejam realmente benéficas para eles e para elas. Dessa forma, as lideranças saíram muito mobilizadas e engajadas para construir um protocolo biocultural com diretrizes para o monitoramento participativo da sociobiodiversidade no Pantanal. No Quadro 1 são destacados alguns pontos-chave que surgiram nas rodas de conversa do intercâmbio e que serão considerados na construção do protocolo biocultural.

Quadro 1 – Pontos-chave para a construção do Protocolo Biocultural com diretrizes para o monitoramento participativo da sociobiodiversidade no Pantanal.

- **Visibilizar as comunidades tradicionais pantaneiras e os modos de vida delas.** É importante reconhecer o trabalho das comunidades na conservação do Pantanal, pois denunciam a pesca ilegal, a derrubada ilegal. Cuidar do meio ambiente, é algo que as comunidades pantaneiras, as comunidades tradicionais, os povos indígenas e quilombolas já fazem há muito tempo. É importante reconhecer e valorizar as comunidades tradicionais e criar oportunidades para que elas mantenham seus modos de vida tradicionais e continuem colaborando com a conservação da biodiversidade

A rede pantaneira se formou para se fortalecerem na luta. (Leonida, 58 anos)

- **Visibilizar as mulheres pescadoras e artesãs.** As mulheres estão entrando na luta por direito pois estão revoltadas com a situação e buscam por uma melhoria nas condições de trabalho, querem ser reconhecidas. Foi criada uma associação de mulheres para trabalhar com a fibra do Aguapé. É importante que os protocolos de monitoramento tenham um enfoque de gênero,

colaborando para o empoderamento e pela luta de direitos das mulheres pescadoras e artesãs. Também é importante monitorar outros recursos que são importantes para as mulheres pantaneiras, como as espécies de aguapés.

As mulheres pescadoras sofrem muito no trabalho e têm muitos problemas ginecológicos e de saúde por ficarem muito dentro da água. Hoje em dia conseguiram os macacões para fazer pesca. (Leonida, 58 anos)

- **Incluir e visibilizar a pesca/coleta de iscas no Pantanal no monitoramento.** Muitos pescadores e pescadoras atuam na coleta de iscas e existem muitas dificuldades associadas a essa prática. As iniciativas de monitoramento precisam incluir essa realidade, dar visibilidade e reconhecimento aos pescadores e as pescadoras que realizam essa coleta. Da mesma forma que as iniciativas de monitoramento na região da Costa dos Corais estão dando visibilidade às pescadoras marisqueiras, as do Pantanal precisam visibilizar os catadores e catadoras de iscas.

Pessoal não quer parar com o trabalho com iscas. A pesca é mais a noite e a pessoa pode ir na hora que quer. Ele é o próprio patrão. (Waldileno, 41 anos)

Catadores de isca possuem um modo de vida muito rústico para conseguir sobreviver. A pesca à noite é perigosa, pode encontrar a onça quando passa pelos acessos. Lá tem onça, cobra, jacaré, sucuri. (Leonida, 58 anos)

- **Incluir nos protocolos de monitoramento a avaliação de impactos ambientais, socioeconômicos e climáticos.** A biodiversidade não sofre impacto apenas da sobrepesca, da coleta e da extração de recursos. Há muitos outros fatores que influenciam na perda da biodiversidade e o modo de vida das comunidades, como as mudanças climáticas, construção de empreendimentos hidrelétricos, destruição de habitat pelas queimadas, Lei que restringe a pesca comercial, entre muitos outros. É importante que os protocolos trabalhem de uma forma mais integrada e sistêmica com o monitoramento da biodiversidade.

A quantidade de iscas diminuiu muito por conta das queimadas. (Leonida, 58 anos)

Um dos grandes problemas é a queimada. Pessoal (fazendeiros) aproveita para cercar áreas e os ribeirinhos estão perdendo espaço. (Waldileno, 41 anos)

As usinas também diminuíram as águas, o que interfere na pesca. (Waldileno, 41 anos)

A lei de cota-zero quer acabar com o segmento de pescadores/as. (Edinalda, 35 anos)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao aprendizado da equipe do ICMBio, os intercâmbios trazem novos aprendizados e renovam a esperança de que a conservação da sociobiodiversidade seja possível. Ver comunidades empoderadas, participando ativamente de processos de gestão das UCs, como o conselho gestor e o automonitoramento da pesca, é inspirador. Todos que participam ganham, relações de confiança se fortalecem e a missão institucional, de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, é buscada. Proporcionar experiências que sensibilizem servidores para a importância de horizontalizar a gestão onde haja povos e comunidades tradicionais, é estratégico para a efetividade e minimização de conflitos nas UCs.

Discussão e Conclusão

O intercâmbio entre pescadoras e pescadores foi uma experiência de grande aprendizado e com potencial de trazer impactos positivos nas comunidades envolvidas e na gestão da biodiversidade realizada pelo ICMBio, pois ampliou e fortaleceu discussões e vivências de monitoramento da biodiversidade com o protagonismo das comunidades locais, através de uma parceria horizontal e participativa em todas as etapas do processo.

Uma experiência que possibilitou vivenciarmos um processo de aprendizado através da prática, vinculado aos territórios e maretórios, e que dialoga com a perspectiva de aprendizagem integral do ser humano. Essa perspectiva foi apresentada por Coll [10] está presente nas diretrizes educacionais brasileiras, orientando que o processo de aprendizado ocorra através do “saber sobre”, “saber-fazer” e “ser” [11]. Neste sentido, ressaltamos que no intercâmbio aprendemos não apenas “sobre” alguns fatos e conteúdos de monitoramento, mas aprendemos também sobre habilidades e técnicas (“saber fazer”), e valores e atitudes que são importantes para o “ser” (individual e comunitário) associado a estes espaços, à biodiversidade e às pessoas envolvidas.

Ações de intercâmbio entre comunidades tradicionais já vem sendo desenvolvidas em diferentes contextos, pois promovem a troca de conhecimentos, experiências e boas práticas de uso sustentável e conservação [12], contudo essas experiências não costumam ser sistematizadas através de publicações científicas. Nesse contexto, a iniciativa de publicar a experiência vivenciada entre pescadores e pescadoras na APACC busca colaborar para a visibilidade e fortalecimento das iniciativas de diálogo entre conhecimentos tradicionais e técnicos/acadêmicos para a conservação da biodiversidade.

O diálogo de conhecimentos e experiências é uma estratégia essencial para promover a conservação efetiva da biodiversidade. Envolver comunidades na geração de conhecimento reforça seus direitos sobre a biodiversidade e promove a autonomia das mesmas em estratégias de conservação [13]. Além disso, garante que as ações de conservação sejam culturalmente sensíveis e socialmente justas, contribuindo para o uso sustentável e o bem-viver das comunidades tradicionais.

Nesse sentido, concluímos que o intercâmbio oportunizou uma outra visão e perspectiva de atuação a todos participantes, sejam lideranças comunitárias, analistas do ICMBio, pesquisadores e bolsistas. A visão de que é possível tecer parcerias mais horizontais e equitativas, para a coprodução de conhecimento e de estratégias de conservação da sociobiodiversidade que sejam efetivas e socialmente justas. O monitoramento vem para abrir novos caminhos de parceria. Por fim, deixamos como reflexão uma fala do Johnny, no momento final de nosso encontro: “Monitoramento também é semear, tem momentos que a gente vai ter que cuidar, e momentos que a gente vai ter os frutos disso. Mas isso é um processo e todo processo leva tempo. Espero que aproveitem muito bem o tempo de vocês”.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos pescadores e às pescadoras que visitamos e conversamos ao longo do intercâmbio: Andreлина Maria da Silva (Dona Andréia), Jean dos Santos, Rosedir da Silva (Dona Rosa), Lenira Maria da Conceição, Sueli dos Santos, Izabel Cristina Chagas, Paulo César Barros Santos, Adalvo Alexandre da Silva, Anicky Maria de Souza Barreto, Luciana da Silva Santos Santana. Agradecemos também ao servidor José Fernandes Pereira Filho, pelo apoio no transporte; ao Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), pelo financiamento do intercâmbio; ao CEPENE, em especial ao coordenador Leonardo Tortoriello Messias, pelo alojamento e recepção dos participantes; ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos-CMA/ICMBio, pelo apoio com transporte e alojamento.

Referências

1. Lindenmayer DB, Gibbons P, Bourke M, Burgman M, Dickman CR, Ferrier S, et al. Improving biodiversity monitoring. *Austral Ecology*. 2012. 37: 285-294. Doi: 10.1111/j.1442-9993.2011.02314.x.
2. Brasil, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa N° 3/2017/GABIN/ICMBIO, de 04 de setembro de 2017. Publicado em: 06/09/2017. Institui o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes.
3. Tófoli CF, Lemos PD, Chiaravalloti RM, Prado F. Monitoramento participativo da biodiversidade. Aprendizados em evolução. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ecológicas/MEMNON; 2019.
4. Programa Monitora ICMBio. Estratégia do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade. Programa Monitora: estrutura, articulações, perspectivas; 2018.
5. Silva MT, Soldati GT, Dallagnol AH (org.). Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral. Uma visão popular da Lei 13.123/2015, o marco legal da biodiversidade brasileira e do acesso e repartição de benefícios sobre o conhecimento tradicional associado. GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia e Terra de Direitos; 2020. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Cartilha-Sociobiodiversidadeweb%281%29.pdf>.
6. ICMBio. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Tamandaré/PE, 80p, 2021.
7. Miranda RJ, Malhado AC, Fabrè N, Batista V, Santos R, Campos-Silva J, et.al. Integrating long term ecological research (LTER) and marine protected area management: Challenges and solutions. *Oecologia Australis*. 2020. 24(2), 279-300. Doi: 10.4257/oeco.2020.2402.05
8. Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras. [acesso em 07 fev 2025]. Disponível em: <https://redepantaneira.com.br/index.aspx>.
9. Souza L, Nascimento PVF, Leiva JSA, Javier F. Maretório e os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos do litoral do Pará, Brasil: Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 67-91, 2024. Doi: 10.5007/2175-8034.2024.e96380.
10. Coll, C. Um modelo de currículo para o ensino obrigatório. In: Coll, C (ed.). *Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*. 4. ed. São Paulo: Ática; 1987. P. 153-190.
11. Zank, S., Hanazaki N, Peroni N, Levis C. Diversidade biocultural na escola: reflexões e práticas para professoras e professores. Porto Alegre: SBEE; 2021.
12. ISA – Instituto Socioambiental. Intercâmbio reúne redes de coletores de sementes nativas da Amazônia. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/intercambio-reune-redes-de-coletores-de-sementes-nativas-da-amazonia>. Acesso em: 16 de maio de 2025
13. Gadgil M, Berkes F, Folke C. Indigenous knowledge for biodiversity conservation. *Ambio*, 22(2-3), 151-156, 1993. <http://www.jstor.org/stable/4314060>.

Biodiversidade Brasileira

Fluxo Contínuo

v. 15 n. 4, 2025

<https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a difusão de experiências em conservação e manejo de unidades de conservação, gestão e uso sustentável de recursos naturais renováveis, biodiversidade e espécies ameaçadas, fiscalização e proteção da biodiversidade e patrimônio natural, e educação e formação para a conservação da sociobiodiversidade.

ISSN: 2236-2886